

# **A rua *para* meninos e a rua *das* meninas: gênero e representações sociospaciais**

The street for boys and the street of girls: gender and sociospacial representations

**Paula Figueiredo Poubel**

Universidade Federal de Mato Grosso  
[poubel.pf@gmail.com](mailto:poubel.pf@gmail.com)

**Daniela Barros da Silva Freire Andrade**

Universidade Federal de Mato Grosso  
[freire.d02@gmail.com](mailto:freire.d02@gmail.com)

## Resumo

O presente artigo intenta compreender as representações sociais sobre a cidade tomando a rua como objeto de representações de meninas e meninos, alunas(os) de escolas particulares na cidade de Cuiabá/MT, com idade entre nove e 12 anos. Adota como aporte teórico a teoria das representações sociais e sua abordagem ontogenética. Os dados foram gerados por 40 crianças, sendo 24 meninas e 16 meninos, em quatro escolas particulares de Cuiabá - MT. Foram produzidos desenhos inspirados pela proposta de mapas cognitivos acompanhados de entrevistas semiestruturadas. Os mesmos foram analisados compreensivamente e com auxílio do programa computacional *software Iramuteq versão 0.7 alpha 2*. As análises empreendidas revelam que as representações socioespaciais dos dois grupos se aproximam em torno dos discursos sobre as inseguranças diante da rua, às críticas a falta de estrutura das ruas e nos exercícios de pensar soluções. Se afastam ou diferenciam quando a rua passa a ser representada levando-se em conta as ações sobre a cidade. Considera-se de especial interesse para as reflexões educacionais a qualidade das vivências infantis no espaço urbano e seus impactos no processo de desenvolvimento das crianças. Os dados parecem revelar o predomínio, estimulado pela cultura, de estímulos para o desenvolvimento da motricidade ou da verbalização no contexto das relações de gênero. Compreende-se que a cultura, na qual está inserida o sistema de gênero, está mediando as chaves de acesso das crianças ao conhecimento sendo a cidade uma forma de acessá-lo.

**Palavras-chave:** Representações sociais. Crianças. Cidade.

## Abstract

This article attempts to understand the social representations about the city taking the street as object of representations of girls and boys, students of private schools in the city of Cuiabá / MT, aged between nine and 12. It adopts as a theoretical contribution the theory of social representations and its ontogenetic approach. Data were generated by 40 children, 24 girls and 16 boys, in four private schools in Cuiabá - MT. Drawings inspired by the proposal of cognitive maps accompanied by semi-structured interviews were produced. They were analyzed comprehensively and by the software program Iramuteq version 0.7 alpha 2. The analysis undertaken reveal that the socio-spatial representations of the two groups are approached around the discourses about the insecurities in front of the street, the criticisms about the lack of structure of the streets and in the exercises of thinking solutions. They move away or differentiate when the street is represented taking into account the actions about the city. It is considered of special interest for the educational reflections the quality of children's experiences in the urban space and its impact on the children's development process. The data seem to reveal the predominance, stimulated by the culture, of the motivation for the development of the motricity or the verbalization in the context of the gender relations. It is understood that the culture, in which the gender system is inserted, mediates the children's access keys to knowledge, and the city is a way of accessing it.

**Keywords:** Social representations. Children. City.

# I ntrodução

*Uma cidade é construída por diferentes tipos de homens;  
pessoas iguais não podem fazê-la existir.  
Aristóteles, Política*

A cidade é feita a partir das diferenças, assim afirmou Aristóteles. Contudo, a forma como a sociedade significa a diferença produz demarcações social em relação às oportunidades oferecidas aos distintos atores sociais, tanto quanto estabelece os seus critérios e constrói as estruturas de possibilidades para a produção das identidades ao longo do processo de socialização<sup>1</sup>.

Dentre os marcadores que orientam as práticas sociais em torno da cidade destaca-se o sistema de gênero que tem sua origem na noção de diferença (PALACIOS, 2001). Morrow (2007), em pesquisa realizada na Inglaterra, identificou que existem particularidades quanto as experiências das meninas e dos meninos em relação a vivência nos espaços do bairro e de recursos locais, assim como nas aspirações das crianças para o futuro. Segundo a autora, ao questionar as crianças sobre o que fazem quando não estão na escola, percebe-se uma diferença significativa nos dados, de forma a notar que os meninos experienciam mais os riscos e as possibilidades da rua, enquanto as meninas se restringem, pelo medo, ao espaço privado. A autora identificou nos discursos das crianças distintas vivências nos bairros e na construção das redes sociais entre meninos e meninas. Tais evidências permitiram à pesquisadora estabelecer uma forte ligação entre tais práticas e a construção do capital social produzido para os gêneros.

A análise da história da construção da mentalidade judaico-cristã ocidental, apresentada por Sennett (1992), indica alguns marcadores de espaços que contribuíram para a formação das noções de identidade contemporânea, bem como sua relação com os espaços. Nesse sentido, a esfera pública é identificada pelo autor como caracterizada pelo medo e pelos riscos e, diante disso, surgiram em nossa sociedade diversas estratégias para lidar com essas marcações. Em consequência, Sennett (1990) indica que durante a construção da esfera do privado, as mulheres e as crianças foram aprisionadas na esfera íntima, onde estariam protegidas, enquanto coube aos homens o domínio e gerenciamento da esfera pública.

No contexto brasileiro, as particularidades entre os corpos, nomeadas e naturalizadas como uma diferença fundada pelos gêneros, orientaram a sociedade na demarcação de espaços de pertencimento e de acesso aos indivíduos. Na história urbana

das mulheres no Brasil, destaca-se que o planejamento dos espaços públicos – da cidade, das aldeias, das ruas – foi realizado pelos homens e às mulheres ficaram relegadas aos espaços da intimidade, do cuidado, da reclusão (RISÉRIO, 2015). Nesse contexto se instauraram diferenças em relação aos espaços designados para as mulheres tendo em vista que a marcação de gênero não é a única que recai sobre os corpos. No entanto, pode-se verificar uma peculiaridade uma vez que, por exemplo, no Brasil, desde a Colônia, as mulheres negras<sup>2</sup> em situação de escravidão transitavam pelas ruas e pelos espaços diante da necessidade de trabalhar e sustentar as famílias.

Portanto, verifica-se que a relação de poder que marca o sistema de gênero orientou o campo simbólico construído diante das pessoas na cidade. O patriarcado gerou o enclausuramento feminino das mulheres da elite enquanto as “mulheres do povo” circulavam nas ruas e espaços públicos como quitandas e fontes, realizando sempre trabalhos subjugados. As “mulheres do povo” recebiam então o estigma de serem menos valorizadas por percorrerem o espaço público, enquanto as “mulheres do lar” eram as responsáveis por manter os valores da família, do patriarcado e da moral (RISÉRIO, 2015).

Diante de tais aspectos da cultura, da história da sociedade e da relação de gênero, este artigo nasce com o objetivo de pensar com as crianças, a cidade de Cuiabá e, por meio deste exercício, identificar as representações sociais sobre a rua. Este questionamento nasce dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância, particularmente das dissertações de Silva (2014) e Poubel (2016) que versaram sobre as representações sociais das crianças a respeito da cidade de Cuiabá em escolas públicas e privadas, respectivamente. Em ambos os trabalhos se destaca a predominância de vivências em espaços privados, em detrimento dos lugares públicos como as praças, museus e ruas (ANDRADE, POUBEL e SILVA, 2016). Surge do entrelaçamento entre os dados a hipótese de que as representações se diferenciarem de acordo com a classe social e com o gênero das crianças, visto que, no processo de construção das identidades, as representações sociais sobre os gêneros perpassam os discursos e práticas da sociedade.

## **Notas sobre as representações sociais**

A significação dos espaços recebe particularidades e traços da cultura e da história, assim como das biografias e histórias das pessoas que os ocupam (JODELET, 2002). Ao tomar a cidade como artefato cultural delineado por redes de significados

construídos historicamente, tem-se o espaço urbano como corpo de conhecimento social com o qual as crianças se deparam desde o seu nascimento. Desse modo, entende-se que o estudo das significações da cidade, por crianças, possibilita o desvendar de suas histórias e das histórias dos seus grupos de pertencimento na cena social.

Moscovici (1978) problematizou a relação entre o indivíduo e a sociedade na construção de significações coletivas nos grupos. Em seus estudos, o autor buscou compreender a significação do real para o sujeito e formulou em sua tese *Psychanalyse, son image et son public* (1978) a teoria das representações sociais. Esta surgiu em crítica ao pensamento binário (entre natureza e cultura, ciência e senso comum) e propôs conceitos que relacionam o sujeito social com seu contexto. Sendo assim, esta teoria parte da ideia de um sujeito ativo que interage com objetos e saberes construídos pela cultura e que nessa relação dialética formula representações e sentidos.

O autor conceitua a representação social como,

[...] um *corpus* organizado de conhecimentos, é uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam a realidade física e social inteligível, se inserem num grupo ou numa relação cotidiana de trocas, liberam o poder da sua imaginação. (MOSCOVICI, 1978, p.28)

O conhecimento, transmitido pelas representações sociais, também denominado "saber do senso comum" ou "saber ingênuo", é compartilhado nos grupos como sistemas de interpretação e possuem dois processos formadores: objetivação e ancoragem. O primeiro constitui a materialização das abstrações e a transformação do objeto representado em imagem, de forma que através desse processo o que é representado se torna palpável (MOSCOVICI, 1978). Já a ancoragem corresponde à assimilação do estranho, dos novos elementos, em um sistema de categorias familiares, usuais. Através desse processo, o sujeito integra o objeto de representações ao seu sistema de valores, "[...] denominando e classificando-o em função dos laços que este objeto mantém com sua inserção social" (TRINDADE, SANTOS e ALMEIDA, 2011, p. 110).

Existe nesse ponto uma lacuna aberta à discussão, pois segundo Arruda (1998), além de servir para a integração do estranho, do novo, as representações sociais também atuam na transformação do familiar e sua readequação ao presente, o que garante a sua mobilidade.

Ainda sobre a noção de ancoragem, Deschamps e Moliner (2009) retomam os estudos de Doise, realizados em 1992, e anunciam diferentes modalidades: *ancoragem psicológica*, que estabelece imbricações das representações de ordem geral e o nível de adesão dos sujeitos à tais crenças; *ancoragem sociológica*, que se refere ao "vínculo

entre representações sociais e pertencas ou posições sociais" (DOISE, 1992, p.189 apud DESCHAMPS e MOLINER, 2009, p.132); e *ancoragem psicossociológica* que remete à disposição das representações nas dinâmicas sociais e parte da suposição de que a representação de um objeto é construída simultaneamente a partir da posição do grupo diante do objeto e da interação deste com outros grupos sociais.

Portanto, apreende-se que a elaboração das representações sociais é realizada pelos membros de um grupo social que, diante dos significados compartilhados, transformam o estranho em familiar. Dessa forma, torna-se possível falar sobre o objeto e estabelecer práticas e condutas relacionadas ao mesmo. Os grupos estão imersos em contextos sociais que constituem o que Moscovici (1978) define como situação social. Essa situação social se caracteriza pela *dispersão de informações*, pela *pressão à inferência* e pela *focalização* dos sujeitos em relação a um centro de interesse.

Os membros de um grupo social recebem e partilham informações de diversas fontes e constroem assim as representações sociais. Contudo, as particularidades do contexto de cada grupo orientam as possibilidades de acesso às informações, o que faz com que existam lacunas no conhecimento e apreensão de informações, de forma que não seja possível a formação de um discurso especializado. Entretanto, tais informações são significadas através das experiências e representações já existentes no grupo, formando novas representações sociais.

A grande variedade e concomitante desigualdade do conhecimento geram a *dispersão de informações* (MOSCOVICI, 1978), posto que os indivíduos, na dinâmica social dos grupos, buscam o consenso nos processos de comunicação e necessitam responder aos estímulos dos grupos.

Neste processo, o julgamento dos objetos sociais é ocasionado levando-se em consideração a *pressão à inferência*. Esta é desencadeada, a partir da constatação da seleção de informações de forma a manter a coerência e a estabilidade da identidade do grupo (MOSCOVICI, 1978).

Por sua vez, a *focalização* ocorre quando cada pessoa ou grupo social tem uma atenção e certo desinteresse em relação aos objetos do seu ambiente. Desta maneira, desconsiderando a complexidade do todo, aspectos do objeto são focalizados e significados na negociação entre os interesses individuais e grupais (MOSCOVICI, 1978). Por conseguinte, torna-se possível compreender que os indivíduos, envolvidos em um sistema de crenças e representações arraigados em um contexto histórico e social, negociam e constroem saberes que, em relação de alteridade com o outro, atuam como

substrato para a formação da sua identidade pessoal, social, e também para a significação da realidade.

## A cidade como objeto de representação social

As representações sociais construídas pelos grupos sobre os espaços são denominadas por Jodelet (2002) de representações socioespaciais e, segundo a autora,

A relação do sujeito individual ou coletivo com seu espaço de vida passa por construções de sentido e de significado que se baseiam não somente na experiência direta e na prática funcional ou subversiva que se desdobra, [...], mas também no valor simbólico conferido ao ambiente construído pela cultura, pelas relações sociais, pelo jogo de poder. (JODELET, 2002, p. 34)

Sendo assim, a compreensão das representações socioespaciais da cidade e dos seus espaços exige uma aproximação ao valor simbólico e às significações que vem sido atribuídas historicamente pela cultura.

Sennett (1990), em sua análise sobre a constituição da sensibilidade contemporânea sobre a cidade, identificou na cultura judaico-cristã a raiz histórica do medo à exposição no período da Idade Média em que, na guerra entre os romanos e cristãos, as igrejas e catedrais ocuparam o lugar de imunidade e das experiências interiores. Dessa forma, o *outside* foi significado como um lugar de exposição e perigo.

O autor defende que de todas as consequências modernas dessa história, a mais destrutiva é essa divisão dicotômica entre o fora e o dentro: o exterior (*outside*), como uma dimensão de diversidade e caos que perdeu espaço enquanto dimensão de valores morais, em contraste com o espaço de maior definição desses valores – o interior (*inner*).

Diante do medo moderno da exposição, desde o século XIX, o lar (*home*) tem sido tomado como o espaço de preservação das virtudes e da fé, como um refúgio diante da complexidade, indefinição, violência e diversidade da cidade. Em oposição, o mundo público da rua é visto como espaço confuso, frio e duro. Assim, o domínio privado procura ordem e clareza. (SENNETT, 1988).

A confusão entre vida pública e vida privada evidencia-se na

(...) troca que vem ocorrendo entre preocupação pública e preocupação privada, ao mobilizar estas questões obsessivas da legitimidade do eu, tornou a despertar os mais corrosivos elementos da ética protestante, em uma cultura que já deixou de ser religiosa, mas que tampouco está convencida de que a riqueza material é uma forma de capital moral. (SENNETT, 1990, p.25)

Essa visão intimista cresce ao passo que se esvazia o espaço público. No seu nível mais físico, esse fica desprovido de sentido e historicamente passou a ser um espaço de

passagem. As ruas são a objetivação mais clara dessa perda de sentido do público, visto que já não visam à experimentação, mas a passagem, a movimentação.

Para o autor, o capitalismo do século XIX e os "traumas" gerados diante dele fomentaram o movimento dos que tinham a possibilidade de buscar formas de se proteger da ameaça que o outro diferente poderia representar. Em adição, com o desgaste da ordem pública, a família se instaura como uma espécie de refúgio da sociedade. Como tal, ela se tornou padrão moral diante do domínio público, que teve sua legitimidade posta em questão. A partir dessa constatação, Sennett afirma que

Falar do legado da crise da vida pública no século XIX é falar de grandes forças como o capitalismo e o secularismo, de um lado, e destas quatro condições psicológicas, do outro: desvendamento involuntário da personalidade, superposição do imaginário público e privado, defesa através do retraimento e silêncio. As obsessões com a individualidade são tentativas para se solucionar os enigmas do século passado pela negação. A intimidade é uma tentativa de se resolver o problema público negando que o problema público exista. (SENNETT, 1988, p. 44).

Na divisão entre os espaços públicos e privados, os espaços se fragmentam assim como as atividades da vida. Duas consequências perversas da busca por refúgio em espaços privados na sociedade secular surgiram: o aumento do isolamento e da desigualdade (SENNETT, 1990). Tal processo de construção da mentalidade ocidental sobre a organização da sociedade e seus espaços, constitui parte da memória social e são marcadores que orientam a construção de representações sociais dos grupos sobre a cidade.

## **Identidade social como estrutura mediada socialmente pelo sistema de gênero**

Os processos de construção de saberes, formação da identidade e significação da realidade fazem parte de um movimento constante sempre passível à mudanças e reconstruções. Duveen e Lloyd (2003) ressaltam três diferentes níveis de análise das transformações em representações sociais: Sociogênese, ontogênese e microgênese. A ontogênese, em particular, refere-se ao processo através do qual indivíduos se apropriam do conhecimento da cultura do grupo a fim de se tornarem atores sociais. A análise das representações sociais como modo de influência psicológica das estruturas socioepistêmicas possibilita compreender a maneira pela qual as representações sociais se ativam psicologicamente nos indivíduos. Deste modo, pode-se dizer que as representações sociais constroem um entorno pensante para as crianças. Estas, por sua



vez, ao desenvolverem a competência para participar como atores nesta sociedade, podem acessar as representações sociais de sua comunidade assim como também reconstruí-las e, ao fazê-lo, elaboram identidades sociais concretas.

O interesse em compreender a produção dessas representações pelas crianças orienta as pesquisas na abordagem ontogenética das representações sociais. Estas se colocam diante da questão: “Como os indivíduos participam na apropriação das representações produzidas na comunicação e interação social?”<sup>3</sup> (CASTORINA; BARREIRO, 2010, p.29). No processo de compreensão das variáveis explicativas para a formação das representações sociais, indaga-se sobre sua constituição.

No desenvolvimento dessas constituições apresenta-se a investigação acerca dos “[...] processos através dos quais a criança incorpora as estruturas de pensamento de sua comunidade e adquire assim um lugar como participante competente e funcional nessa comunidade” (DUVEEN, 1995, p. 261). Duveen (1995) orienta esse campo de estudo ao afirmar que as competências para ser um ator independente no mundo são fruto de um processo de construção de um conhecimento social.

A objetivação das representações constrói realidades fazendo com que o mundo seja estruturado a partir das representações sociais e é neste mundo de objetivações que a criança nasce (DUVEEN, 1996). Inicialmente essas representações figuram como objeto para representações que os outros sustentam e no seu desenvolvimento a criança internaliza essas representações e chega então a identificar sua posição dentro de um mundo já estruturado. Tais representações internalizadas se entrelaçam aos processos de construção de identidade (CASTORINA, 2010).

Não obstante, destaca-se que a internalização realizada pelas crianças não se dá de forma passiva, mas constitui um momento de relativa autonomia em que elas realizam uma atividade de reconstrução, de forma que um movimento de resistência e tensão é figurado em seu desenvolvimento. A análise entorno da noção de internalização será retomada mais adiante neste texto, considerando as contribuições de Vigotski (2004 apud Prestes,2013).

A relação entre a ontogênese das representações sociais e o desenvolvimento da identidade da pessoa se organiza a partir de um processo dialético. Os indivíduos tornam-se atores sociais durante a socialização. A socialização é um processo de construção e reconstrução em que emerge a novidade, isto é, o desenvolvimento de novas compreensões sobre o objeto assim como a transformação de estruturas psicológicas (DUVEEN; LLOYD, 1990).

Duveen (1996) indica o diálogo com Vigotski como uma contribuição para pensar a articulação entre o desenvolvimento microgenético e a ontogênese das representações sociais. Dentre as aproximações possíveis destacam-se, para efeitos deste estudo, a Lei geral genética do desenvolvimento cultural e o conceito de vivência (VIGOTSKI, 2010).

A Lei geral genética é coerente com a ideia de indivíduo “quase social” que nasce imerso em uma sociedade pensante e aos poucos vai se constituindo como ator social diferenciado. Suas contribuições anunciam a importância da intersubjetividade no âmbito do desenvolvimento humano bem como da atuação do mecanismo da internalização compreendido como aquilo que possibilita o enraizamento do indivíduo na cultura (PRESTES, 2013) a partir dos elementos que esta oferece enquanto significados, saberes compartilhados e representações sociais.

Essa propriedade do ser humano como eminentemente social conduz o autor a formular a ideia de que as funções psicológicas superiores da criança surgem, a princípio, como formas de comportamento coletivo e apenas posteriormente elas se tornam funções interiores individuais. Em adição a esse entendimento, destaca-se o conceito de vivência como unidade central da teoria vigotskiana igualmente relevante para o diálogo com os fenômenos anunciados pelas representações sociais.

Vigotski (2010), inspirado na ideia de unidade regente – produtos que preservam as propriedades do conjunto – descreve a vivência como uma unidade regente composta pelo meio (compreendido como algo circunstancial atrelado a situação social de desenvolvimento) e as peculiaridades individuais. A vivência anuncia a interpretação do indivíduo sobre algum elemento da realidade, a partir do que lhe é possível, considerada sua situação social de desenvolvimento (capacidade de compreensão e tomada de consciência). Tal constatação remete a existência de uma espécie de filtro subjetivo que orienta a relação dos indivíduos com a realidade social<sup>4</sup>.

A vivência e a qualidade da mesma se destacam como pontos fundamentais para instrumentalizar as crianças no processo de construção das identidades e das representações sociais. Nesse aspecto, torna-se possível a aproximação com o processo de ancoragem, especialmente na fase da construção seletiva em que o sujeito escolhe elementos da cultura a partir de seu repertório vivencial (NÓBREGA, 2001).

A construção da identidade acontece no encontro com o outro e na negociação com os significados. O sentido atribuído ao outro revela não apenas características deste, mas também daquele que o significa (CASTORINA, 2010), podendo este Outro representar um ser humano ou um lugar, como a cidade. A compreensão do

desenvolvimento, incluindo seus aspectos sociais e culturais abrange também os espaços.

Na relação dialética entre o social e o individual na estrutura de saberes, as representações sociais atuam como forma de afirmar suas particularidades e diferenças para o grupo. Desse modo, operam como *marcadores identitários* quando a singularidade do grupo se exprime não só através das características autoatribuídas, mas também por meio da forma como o grupo representa um objeto social. Tal dinâmica pode atuar acentuando as semelhanças intragrupo ou as diferenças exogrupo (DESCHAMPS e MOLINER, 2009).

As identidades e as representações sociais das posições do grupo contribuem com a forma como esses representam os objetos. Assim sendo, as representações sociais agem também como *produtos identitários*. De acordo com o princípio de valorização e preservação de uma imagem positiva de si mesmo, os grupos elaboram e partilham representações do objeto social com o propósito de justificar o valor que os indivíduos se atribuem. Esta forma de buscar certa compatibilidade entre as representações de si e as representações sociais conferem a essas a atribuição de atuarem como *reguladores identitários* (DESCHAMPS e MOLINER, 2009).

Dessa maneira, tem-se que as representações sociais se forjam no interior dos processos intersubjetivos, possibilitam processos comunicacionais, orientam práticas sociais e atuam na constituição de processos identitários. Nestes, o gênero é concebido como um sistema de regulações sociais que orientam diferentes estruturas cognitivas através do campo, discurso e das práticas preconizadas pela cultura.

O sistema de gênero fundamenta como central o sexo para a construção do sujeito social e reafirma a diferença como “natural”, ao mesmo tempo em que naturaliza as relações de poder que constituem esse sistema. Na medida em que a cultura modela a natureza sexual dos sujeitos, a prescrição social se “naturaliza” tomando por base a cristalização do gênero (PALACIOS, 2001).

A referida autora destaca como ontologicamente o masculino e o feminino constituem grupos na medida em que a noção da diferença está implicada na origem do sistema de gênero, conduzindo à produção de desigualdades e a naturalização das relações de poder através da articulação dos papéis sociais que produzem permissões ou restrições às práticas, discursos e acessos aos espaços.

A cidade, como objeto de representações, e os sujeitos que a representam carregam em si um amplo repertório de regulações sociais e histórias culturais, que atuam

como estruturas de aprendizagem e desenvolvimento, possibilitando ou restringindo a constituição das consciências.

Nota-se, então, que ao atribuir sentidos e compartilhar as representações sociais sobre a cidade, as crianças também estão elaborando e fortalecendo traços de sua própria identidade ao mesmo tempo testemunhando e sendo atravessadas pelas formas, por meio das quais, tais processos se dão para os adultos de referência.

## Os caminhos para a escuta das crianças

O estudo foi realizado com 40 crianças, com idades entre nove e 12 anos, em contexto de escolas particulares. Os dados foram gerados através da produção de desenhos da cidade, inspirados na proposta de mapas cognitivos (ALBA, 2011), acompanhados de entrevista semiestruturada.

A opção metodológica pelos mapas cognitivos busca fortalecer o diálogo com a teoria das representações sociais, e são definidos de acordo com Alba (2011), como

[...] representações espaciais socialmente elaboradas e compartilhadas, que se inserem num contexto histórico e cultural específico. Isso quer dizer que parte do pressuposto de que os mapas cognitivos constituem uma forma espacial ou cartográfica da representação de um espaço determinado e que são constituídos pelos indivíduos em função da cultura a que pertencem do momento histórico que vivem, dos grupos em que se encontram inseridos, das informações diretas (experiência direta) e indiretas (mídia, conversa, livros) adquiridas sobre o lugar representado. (ALBA, 2011, p.124)

Conforme indica a autora, os mapas cognitivos revelam representações sociais do espaço, ou ainda, representações socioespaciais. Sendo assim, ao desenhar os mapas da cidade, as crianças elaboram representações que se ancoram em aspectos do contexto social, mediado pela história, política e cultura. O desenho é, então, “[...] uma expressão materializada ou objetivada da representação social do espaço desenhado” (ALBA, 2011, p. 143).

A produção de desenhos da cidade ocorreu durante as entrevistas individuais, quando a pesquisadora solicitou: *por favor, você poderia desenhar um mapa de Cuiabá?* Os mapas cognitivos foram analisados compreensivamente e de acordo com a identificação de meninos e meninas.

O conteúdo das entrevistas foi processado pelo *software Iramuteq* versão 0.7 alpha 2, que, através do Método de Reinert, destacou as classes de significados presentes nos discursos. Dentre elas, foi identificada aquela em que a rua aparecia com o maior *chi<sup>2</sup>* e com o auxílio do *software* foram extraídos os segmentos de texto (20 do *corpus* das

meninas e 20 do *corpus* dos meninos). A partir destes foi realizada análise compreensiva por meio da qual alguns núcleos de significados emergiram.

## Os mapas cognitivos da cidade

Os 24 desenhos de meninas e os 16 de meninos foram dispostos separadamente sobre uma superfície, a fim de realizar a análise compreensiva contando com a triangulação de pesquisadores – oportunidade na qual uma doutoranda e duas mestrandas puderam discutir sobre o contexto geral dos mapas. No mapeamento dos desenhos foram identificados, em 17 desenhos das meninas e 10 dos meninos, representações de ruas.

Nos mapas produzidos pelas meninas, notou-se a existência dos nomes das ruas em três desenhos, em outro foi desenhado uma criança na bicicleta e dois carros. Com relação aos desenhos das ruas nomeadas, identificou-se linhas seccionadas (n=7) e ruas vazias, sem detalhes, representadas apenas por duas linhas paralelas (n=6). Alguns desenhos continham linhas curvas para simbolizar as ruas (n=3) e não foi identificado faixas de pedestres ou calçadas.

No grupo dos meninos identificou-se a designação do nome de ruas (n=1), desenho de carros (n=1) e pessoas na calçada (n=1). Em relação aos detalhes das representações das ruas, estas são representadas por uma linha (n=1), porém o maior número apresenta linhas seccionadas e calçadas com mais detalhes (n=14).

A pouca nomeação das ruas pode indicar o desconhecimento desses nomes por parte das crianças. Diante disso surgem hipóteses quanto às representações sociais que têm sido compartilhadas sobre o espaço da rua e objetivadas por meio dos desenhos. A partir dos desenhos, identifica-se que as representações comunicadas através das práticas podem estar significando a rua enquanto espaço de passagem (SENNETT, 1990), com pouca implicação dos indivíduos em nível vivencial. A pouca representação de pessoas nesses espaços coaduna com a hipótese de que as crianças passam por eles sem estabelecer vivências significativas, podendo assim considerar que as ruas não são espaços para as pessoas desenvolverem atividades diferentes do movimento de trajeto.

Apesar de meninas e meninos designarem pouco o nome das ruas, destaca-se a maior riqueza de detalhes na constituição dessas nos desenhos produzidos pelos meninos. Além disso, percebe-se uma diferença na particularidade do traçado ao considerar que nos mapas das meninas os traçados tendem a ser em curvas e para os meninos em linhas retas.

A maior variedade nos detalhes representados nos desenhos dos meninos levanta a hipótese de a situação social do grupo dos meninos orientar a focalização destes nas representações sociais sobre a rua. Tendo em vista as estruturas de possibilidades oferecidas às crianças e mediadas pelo sistema de gênero, os brinquedos oferecidos recebem essas marcas das culturas quando aos meninos são oferecidos carros e pistas para brincar, enquanto tais brinquedos podem não ser ofertados enquanto possibilidade para as meninas. Surge a hipótese de que no processo de enraizamento na cultura, o espaço da rua é representado de forma distinta de acordo com os gêneros e tais particularidades são explicitadas nas representações socioespaciais apresentadas nos mapas cognitivos.

## **Análise das entrevistas com apoio do software Iramutec**

- **As ruas para/das meninas**

Entre os segmentos de texto, identificou-se que no grupo das meninas a maior parte das ações da criança em relação à rua dizem respeito a verbos como *pensar* e *achar* (n=18). A posição do sujeito na ação diante da rua, enquanto objeto de representação, reforça a hipótese levantada nos desenhos de que esse espaço tem sido esvaziado de ações mais próximas ou significativas, por parte das meninas. Os verbos apresentados pelas meninas sugerem ainda a dimensão dos atos que têm sido estimulados pela cultura para crianças do gênero feminino. De acordo as falas das crianças são condutas que priorizam o desenvolvimento verbal a partir de deduções ou informações compartilhadas nas conversações.

[...] Jeles falam que é muito perigoso porque as ruas têm muito, eu acho perigoso ali é uma rua escura para mim é perigoso já tem que ter cuidado para ser mais seguro eu melhoraria a polícia. (Suj.13)

A dimensão prescritiva surge quando a criança descreve o que acredita que deveria acontecer com esse espaço, como pode ser observado no segmento a seguir:

[...] como os buracos de esgoto que costumam ter na rua. Eles são bem perigosos se uma pessoa cair lá dentro ou um carro. Eu colocaria um tipo de laje para ninguém cair. (Suj.2)

O posicionamento diante dos problemas identificados demonstra ainda as soluções elaboradas de forma a permitir que a rua seja um espaço menos perigoso e ofereça menos riscos. Isso é ressaltado também nos momentos em que as meninas relatam

andar pelas ruas ou terem ido a algum lugar passando por elas. Nessas experiências surgem os sentimentos de medo e desconforto em relação aos assaltos e ao escuro.

[...] o mais importante eu acho que é a minha casa porque eu fico lá de boa. Quando ando pelas ruas eu me sinto com medo de ser assaltada assim de dia não tem tanto problema, mas a noite tem. (Suj.37)

A questão da falta de segurança aparece como um problema em que elas tecem algumas possibilidades de resolução, através de mais infraestrutura como iluminação e câmeras ou do aumento da fiscalização por parte dos policiais. Nesse ponto, se destaca o papel das informações transmitidas pelos meios de comunicação, como relatado no seguimento abaixo:

[...] é aqui perto do *shopping*. Você passa de noite e vê muito ladrão. Até entrou no ônibus, falou a reportagem no MTTV<sup>5</sup> quando eu estava assistindo. Eu colocaria mais policiais em cada rua só. (Suj.5)

A relação com o discurso da mídia demonstra como o contato com a cultura tem ocorrido o processo de internalização das representações sociais compartilhadas sobre a cidade.

Outros aspectos da estrutura das ruas são denunciados e discutidos pelas meninas, como a ausência de calçadas para os pedestres, o lixo, o cheiro ruim. Em uma das entrevistas surge a questão das pessoas e os animais que moram nas ruas como algo que entristece a criança.

- **As ruas para/dos meninos**

Os segmentos de textos dos meninos destacam na sua maioria (n=15) verbos como andar, ver e observar, por meio dos quais relatam suas experiências no ambiente da rua. A alta frequência do verbo “andar” ressalta a circulação pela cidade como uma experiência resgatada pelos meninos para representar as ruas. A escolha destes verbos pelos meninos parece indicar também a forma como a cultura tem pensado o desenvolvimento deles, em que predomina o desenvolvimento motor e uma atitude mais investigativa considerando certa empiria. O caráter afetivo da vivência parece ser significado positivamente através de sentimentos como felicidade e alegria.

[...] quando ando nas ruas de Cuiabá eu acho legal porque a gente vê as pessoas, todo mundo, às vezes até conhece gente. Geralmente ando de carro, eu vejo, observo e às vezes leio. (Suj.21)

O trânsito pela cidade parece ser realizado por vezes através dos veículos, por vezes realizado a pé, o que é identificado pelas sensações no corpo relatadas pelos meninos.

[...] quando ando pelas ruas eu me sinto exausto. É que quando eu vou passear eu fico com muito calor, o sol bate em mim muito e eu sudo muito. Lugares perigosos eu não sei. (Suj.34)

Os meninos relatam medo em relação à falta de segurança, a possibilidade de assalto, sequestro e pessoas “mal-encaradas”, parecem também conseguir posicionar quais são os lugares perigosos, como no seguimento a seguir:

[...] quando ando pelas ruas me sinto feliz, eu me sinto algumas vezes entediado, cansado, morrendo de calor e é isso. Lugar perigoso é o banco. (Suj.32)

A falta de estrutura como os lixos nas ruas, buracos, falta de iluminação e obras inacabadas são percebidas pelos meninos, fato que alguns deles relatam ser motivo de tristeza por perceber que a cidade não está tão bonita ou cuidada quando poderia estar.

## Algumas considerações

A análise dos desenhos e das entrevistas com as meninas e os meninos demonstrou como as crianças se encontram no processo de conhecer e reconhecer o espaço da rua nas representações sociais que orientam as ações, permitidas ou não, as situações vividas ou possíveis e as condições de estruturas que seriam esperadas pela sociedade. Relatam também, em comum, o medo e a insegurança diante de notícias sobre assaltos e riscos.

As falas das crianças, seja através das observações sobre a cidade, seja por meio de denúncias ou elaborações de soluções, demonstram como as crianças tem percebido o espaço da cidade e tem construído hipóteses sobre ela. Nesse processo, as representações sociais compartilhadas pelos adultos e pela mídia se destacam como componentes ativos no processo de internalização das crianças.

Entretanto, quando se considera o fenômeno da focalização na análise algumas particularidades são destacadas: as meninas relatam a rua como um espaço que é pensado e quando vivido incorre em riscos, enquanto os meninos andam e observam esse espaço, se deparando com perigos, mas também com as novidades e belezas.

Tal distinção com relação ao conteúdo das representações sociais em análise levanta a hipótese sobre a questão do protagonismo, ou a autorização para as vivências



espontâneas na cidade. A diferença da qualidade das vivências no contexto urbanos parece indicar também as permissões concedidas, ou não, para o acesso a esses espaços e o quanto essas experiências são importantes para os processos de desenvolvimento das crianças. Parece anunciar também tendência a diferentes formas de domínio da realidade de cada criança demarcadas pelo sistema de gênero: para as meninas o domínio a partir das conversações, caracterizando um saber a partir da vivência do outro, e para os meninos o domínio a partir das próprias vivências do espaço urbano para além daquelas compartilhadas com o outro.

De forma geral, a análise sobre os conteúdos representacionais em torno da rua corrobora o pressuposto segundo o qual a cultura, na qual está inserida o sistema de gênero, está mediando as chaves de acesso ao conhecimento social sendo a cidade uma forma de acessá-lo. Esta dinâmica revela forte impacto no processo identitário das crianças uma vez que a adesão às marcações sociais de gênero, por meninos e meninas, revela a existência de focalizações distintas a respeito da cidade, em especial sobre a rua. Tais focalizações impactam as aspirações das crianças para o futuro bem como a construção do capital social para os gêneros.

Dessa forma, identifica-se o delineamento através do qual a rua existe para os meninos, como uma construção social que pensa a *rua para eles* no campo do empírico, da experiência concreta. Por sua vez, a *rua das meninas* surge como uma construção simbólica, uma interpretação.

## Referências

ALBA, Martha de. *Representações sociais: estudos metodológicos em educação*. PRADO, C., et al (Orgs.). Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2011.

ANDRADE, Daniela Barros da Silva Freire; POUBEL, Paula Figueiredo; DA SILVA, Eliza Moura Pereira. Representações sociais de Cuiabá: estudo comparativo entre mapas cognitivos de crianças em escolas públicas e particulares. *Educação e Fronteiras On-Line*, v. 6, n. 17, p. 147-161, 2016.

ARRUDA, Angela. *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BARREIRO, Alicia. The ontogenesis of social representation of justice: Personal conceptualization and social constraints. *Papers on Social Representations*, v. 22, n. 1, p. 10.1-10, 2013.

BELLONI, Maria Luiza. Infância, mídias e educação: revisitando o conceito de socialização. *Perspectiva*, v. 25, n. 1, p. 57-82, 2007

CASTORINA, José Antonio; BARREIRO, Alicia Viviana. El proceso de individuación de las representaciones sociales: historia y reformulación de un problema. *Interdisciplinaria*, v. 27, n. 1, p. 63-75, 2010.

CORSARO, William A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. *Educação e sociedade*, v. 26, n. 91, p. 443-464, 2005.

DESCHAMPS, Jean Claude; MOLINER, Pascal. *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

DUVEEN, Gerard. Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI, P. A. *Textos em representações sociais*. Pedrinho A. Guareschi, Sandra Jovchelovitch (Orgs.). 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DUVEEN, Gerard. *The development of Social Representations of Gender*. The Japanese Journal of Experience, vol.34, p.256-262, 1996.

DUVEEN, Gerard; LLOYD, Barbara (Ed.). *Social representations and the development of knowledge*. Cambridge University Press, 1990.

DUVEEN, Gerard; LLOYD, Barbara. Las representaciones sociales como una perspectiva de la psicología social. In: CASTORINA, J. A. (Org.). *Representaciones sociales: Problemas teóricos y conocimientos infantiles*. Barcelona: Gedisa, 2003.

## Notas:

---

<sup>1</sup> O surgimento da Sociologia da Infância, nos anos de 1980, trouxe o conceito de socialização para o debate havendo propostas de estabelecer seu desuso e a favor da sua substituição por conceitos como o de reprodução interpretativa (CORSARO, 2005). Essa decisão pautou-se na busca por reconhecer o papel ativo das crianças e a recusa em utilizar um termo que compreendesse apenas um processo de inculcação de valores da sociedade na criança (GRIGOROWITSCHS, 2008). A presente pesquisa concorda com Belloni (2007) e Grigorowitschs (2008) quando afirmam que muitos autores desenvolveram o conceito de socialização, possibilitando afirmar que os processos de socialização enfatizam o caráter de mobilidade nas interações sociais através das quais as crianças socializam-se. Nesta concepção ressalta-se a atividade de construção das crianças no processo de interação com a cultura e não apenas seu caráter reprodutivo.

<sup>2</sup> A aproximação aos estudos de gênero elucida o nó que alinhava as relações entre classe-gênero-raça/etnia (SAFFIOTTI, 2004). Para fins deste artigo, as autoras objetivam contemplar as reflexões sobre o sistema de gênero.

<sup>3</sup> ¿Cómo participan los individuos en la apropiación de las representaciones producidas en la comunicación y la interacción social? (CASTORINA; BARREIRO, 2010, p.29)

<sup>4</sup> Este entendimento anuncia a atuação de um indivíduo ativo neste processo de apropriação da realidade social, assim como Moscovici postula.

<sup>5</sup> Jornal regional exibido na televisão aberta.